DE PORTUGAL AO BRASIL; algumas considerações em torno dos motivos da instalação da Companhia de Jesus no Brasil

Aécio Feitosa (*)

Historicamente, a descoberta do Brasil pelos navegadores portugueses em 1500 se prende à expansão mercantilista que caracterizou os países europeus dos séculos XV e XVI. Destes países, a França, a Inglaterra e especialmente Portugal movidos por esta expansão, transformaram-se em pioneiros da navegação marítima, percorrendo "mares nunca d'antes navegados" e instalando colônias na África, na Ásia, na China e nas duas Américas.

Decorridos apenas quarenta e nove anos de sua descoberta ou mais precisamente aos 25 de março de 1549, no Arraial do Pereira, na então Capitania da Bahia, desembarcavam no Brasil os primeiros emissários Jesuítas acompanhados do primeiro Governador Geral da colônia, Tomé de Souza.

Em terras coloniais brasileiras permaneceram os Padres Jesuítas duzentos e dez anos, ou seja, até 1759, quando vítimas do absolutismo do Ministro do Rei D. José I, Sebastião de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) decretava a expulsão dos missionários de todos os domínios de Portugal.

Que motivos determinaram a Coroa portuguesa a enviar a Companhia de Jesus ao Brasil? Duas razões, quer nos parecer, estão na base deste convite. A primeira é de ordem religiosa e decorre do papel primordial atribuído por Portugal ao cristianismo no seio dos seus projetos de colonização. A segunda, repousa em interesses político-culturais. Neste artigo, desejamos analisar estas razões. Para tanto, necessário se faz

---

(*) Aécio Feitosa é Professor da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará, na cidade de Fortaleza, Brasil. Atualmente realiza curso de Doutoramento em Ciências da Educação na Universidade Católica de Louvain (Bélgica).

que recorramos a diversos elementos históricos e a vários documentos concernentes ao assunto.

Desde suas mais remotas origens históricas o cristianismo sempre esteve presente como uma característica fundamental da vida portuguesa. As lutas empreendidas pelo Rei D. Afonso Henrique durante o século XII contra os mouros sediados no Condado Portucalense constituem já uma evidência do engajamento do cristianismo na vida política do país. Estas lutas, no fundo, visam expurgar do território português a presença de valores opostos àqueles do cristianismo apregoados pelos discípulos de Maomé. A monarquia que então se instala traz outrossim o selo do engajamento português à religião católica: a Bula de reconhecimento da nova monarquia é promulgada pela Santa Sé em 1179. A partir de então, sempre foram muito estreitas as relações entre a política portuguesa e as autoridades do Vaticano.

Quando o Humanismo Liberal, filho da Renascença, divide a Europa em dois blocos — uma Europa conservadora, católica, obediente ao Papa, e uma Europa contestatória, reformista, revoltada contra Roma[18] — isto no transcorrer dos séculos XV e XVI, Portugal mais uma vez se atrela fortemente à orientação de Roma rejeitando as proposições anticatólicas emanadas da Reforma Protestante. No mais, entre outros motivos, para salvaguardar a unidade da fé em seus domínios as autoridades políticas do país não hesitam em requerer de Roma a instalação do tribunal da Inquisição.

O cristianismo é assim um elemento importante para salvaguardar a unidade da nação. E, em suas inúmeras colônias situadas na África, na Ásia, na China e na América, o cristianismo desempenha um papel de suma relevância. Onde quer que Portugal instale uma nova colônia, ele aí instala igualmente um centro de difusão do cristianismo. Assim ocorre em Goa, Diu, Damão, Mazargão, na Guiné, no Brasil, etc. Onde chega o Colonizador português chega com ele o missionário. É a união perfeita do trono ao altar, a união do colonialismo ao cristianismo.

Vários são os escritores que põem em evidência esta união no seio dos projetos de colonização portuguesa. Entre outros, citamos Manuel de Faria e Souza,[21] Sérgio Buarque de Holanda,[3] José Hermano Saraiva,[19] Vermeesch[22] e Eduardo Hoornaert.[4] Integrar colonialismo e cristianismo, escreve Vermeesch, sempre caracterizou os projetos de expansão portuguesa constituindo-se o fato "uma grande honra para Portugal".

No caso brasileiro, especificamente, esta união se manifesta de forma meridiana. A empresa de colonização brasileira, escreve o teólogo belga Eduardo Hoornaert, "é uma empresa sagrada.[5 e 6] E, se examinarmos o assunto à luz da História do Brasil constatamos que tal união vem expressa a partir do próprio ato do descobrimento e isto até mesmo em seus menores detalhes. O 21 de abril de 1500 é um domingo especial, um domingo de Páscoa. Por esta razão, as primeiras porções de terras avistadas são batizadas pelos navegadores de "Monte Pascoal". As embarcações, por sua vez, desfraldam aos quatro ventos o testemunho desta união: a grande Cruz de Malta desenhada em suas velas. O primeiro gesto dos descobridores ao desembarcarem é uma homenagem à fé católica: uma cruz é erigida à beira do mar sob os olhos atônitos dos primitivos habitantes da terra. À sombra desta cruz foi celebrado o primeiro ato oficial da terra: uma missa oficiada pelo capelão da frota, Frei Henrique de Coimbra. A terra foi batizada com um nome que revela uma vez mais a aliança entre cristianismo e colonialismo: Terra de Santa Cruz e, posteriormente, Terra de Vera Cruz.

A "carta do descobrimento", elaborada nesta ocasião pelo escrivão, Pero Vaz de Caminha, atesta igualmente a união em apreço. Por diversas vezes, neste documento, o autor se dirige ao Rei D. Manuel lembrando ao monarca que "a melhor empresa que Vossa Majestade pode instalar nestas costas é salvar sua gente (os índios). E, isto, acrescenta Caminha em tom quase imperativo, "deve ser a principal semente a ser semeada nestas terras".[13]

Em resumo, é praticamente impossível separar cristianismo e colonialismo no processo de formação histórica do povo brasileiro. As raízes do Brasil estão profundamente ligadas à presença da Igreja e aos seus missionários.

É na origem deste engajamento de Portugal aos valores e ideais cristãos que vamos encontrar a primeira razão da instalação da Companhia de Jesus em terras brasileiras. Trata-se, portanto, de uma razão eminentemente de ordem religiosa.

Como prova objetiva deste ponto de vista, lembramos alguns documentos de alto valor histórico. Desejamos nos referir a uma série de cartas escritas pelas autoridades portuguesas concernentes ao assunto. A primeira delas data de 17 de fevereiro de 1538. Trata-se de uma correspondência enviada de Paris pelo Doutor Diogo de Gouveia (o velho) ao soberano português, D. João III. Nesta correspondência, sabendo o ex-Reitor da Universidade de Paris do interesse do soberano em enviar missio-

nários católicos à Índia, apressa-se em indicar o nome dos Padres da Companhia de Jesus como os "homens mais apropriados para tal empresa".(7) O monarca acata a sugestão e, aos 4 de agosto de 1539, escrevia ao seu embaixador em Roma, D. Pedro de Mascarenhas, para tratar do assunto junto aos Superiores da Companhia. Neste documento, reafirma D. João III seu interesse em associar o cristianismo à sua política de expansão colonialista. "Meu principal intento como aquele de meu pai (o Rei D. Manuel), escreve o monarca, no que toca à empresa da Índia assim como de minhas outras conquistas... sempre foi o desenvolvimento de nossa santa fé católica". Logo depois, acrescenta o mesmo monarca: "Se a finalidade (dos Jesuitas) é idêntica, eles não poderão encontrar lugar mais apropriado do que em meus domínios."(8)

Como resultado destas conversações, em junho de 1540 chegavam em Portugal os primeiros membros da Companhia de Jesus. Estabeleceram-se os Jesuítas em Coimbra onde o Colégio do Menino Jesus a eles confiado deveria ser sobremaneira um centro de formação de futuros missionários destinados à propagação da fé nas colônias ultra-marinas. Com tal objetivo, escreve o historiador Padre Francisco Rodrigues, funcionava o Colégio de Coimbra. Na verdade, desta instituição partiram diversas caravanas de inacianos para as colônias da África, Ásia, da China e para o Brasil.

Interesses de ordem religiosa estão assim na base do envio dos Padres Jesuítas ao Brasil em 1549. Estes interesses se revelam bastante evidentes no "Regimento" elaborado pela metrópole e que servia de linha de ação para o Sistema de Governos Gerais estabelecido por Portugal para sua colônia brasileira. Este documento, assinado pelo Rei D. João III aos 27 de dezembro de 1548 na vila de Almeirim, foi entregue à execução do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza. Vários interesses estão em jogo na elaboração deste documento. Um deles é o propósito do monarca em associar o cristianismo à nova política então instalada na colônia. Textualmente reza o documento: "A principal razão que me leva ao povoamento do Brasil foi sempre a conversão dos seus habitantes à nossa fé católica."(15)

Em parte alguma deste documento figura literalmente o nome da Companhia de Jesus. Contudo, se de um lado considerarmos que foi ele elaborado às vésperas do embarque dos Jesuítas para o Brasil e, se de outro lado, considerarmos que os empreendimentos jesuíticos na colônia se dirigem para a concretização do citado propósito, quer nos parecer que aos membros da Companhia incumbia Portugal uma tarefa eminentemente de natureza religiosa.

Inúmeras cartas escritas durante os primeiros anos da instalação da Companhia de Jesus no Brasil, confirmam a veracidade desta nossa suposição. A este título, lembramos algumas destas cartas.

Aos 10 de agosto de 1549, decorridos apenas cinco meses de sua chegada à colônia, o Padre Manuel da Nóbrega escreve ao Professor Martin de Azpicuelta Navarro, docente na Universidade de Coimbra. "O motivo pelo qual fui enviado a estas terras do Brasil foi para que o nome de Nosso Senhor aqui seja conhecido."(9) A primeiro de junho de 1553, o Governador Tomé de Souza se dirige ao Rei D. João III. A obra que os Padres Jesuítas desenvolvem nestas terras, afirma ele, é uma obra posta ao serviço de nossa fé católica.(10) Correspondência vinda de Roma para a colônia confirma igualmente nossa pressuposição. "A razão pela qual estais nestas terras, escreve o Superior Geral, Padre Diego Laynes, é para obter a conversão das almas, arrancando-as das trevas da infidelidade."(11) Aos 5 de dezembro de 1567, o Padre Baltazar Fernandes aos seus confrades de Coimbra. "Nossa empresa nestas terras é consagrada a Deus Nosso Senhor."(12)

Inúmeras outras cartas e documentos poderíamos aqui evocar em apoio à nossa afirmação de que interesses de ordem religiosa repousam na base do convite para a instalação da Companhia de Jesus no Brasil. Ao lado desta razão, podemos ainda descortinar uma outra, sendo esta de natureza político-cultural. Para evidenciá-la devemos recorrer a uma breve reconstituição histórica do projeto de colonização posto em execução no Brasil pela metrópole.

Como dissemos, a expansão mercantilista justifica suficientemente a chegada dos primeiros navegadores portugueses em terras brasileiras ao alvorecer do século XVI. Contudo, sob o prisma econômico, a descoberta da terra não respondeu de imediato aos propósitos de tal expansão. Com efeito, escreve Nelson Werneck Sodré, as condições estruturais da terra descoberta por Pedro Álvares Cabral, se comparadas àquelas encontradas por Vasco da Gama no Oriente, explicam o fato. No Oriente, escreve Sodré, encontram os portugueses uma população densa e sedentária, uma civilização já avançada, uma produção em franco crescimento e um comércio em desenvolvimento. No Brasil, ao contrário, encontram os colonizadores uma população rala e nômade, vivendo ainda o período da pedra lascada e com uma produção exclusivamente destinada à

consumação local.[20] Por esta razão, acrescenta Gilberto Freyre, "o gesto mole e desinteressado com que a Coroa acolheu em seus domínios as terras descobertas por Cabral".[1] Economicamente, a descoberta foi um desapontamento e uma desilusão para as pretensões mercantilistas portuguesas. As reservas de pau-brasil, única riqueza de imediato identificadas, foram logo esgotadas. Enquanto isto, as terras eram freqüentemente invadidas por embarcações estrangeiras e, por volta de 1530, pequenos portos franceses e ingleses estavam já implantados de norte a sul da colônia. O título de propriedade da terra estava assim ameaçado. À metrópole urgia salvaguardar suas possessões. Com esta finalidade ela implanta o Sistema de Capitanias Hereditárias. As terras foram divididas e entregues à uma pequena burguesia metropolitana, a única força econômica então existente em Portugal capaz de levar a termo um projeto de colonização efetiva no Brasil. Na base deste projeto a cana-de-açúcar era a mola mestra de sua execução. Os engenhos são instalados determinando uma forte emigração de colonos provenientes da metrópole. Da África, por sua vez, chegam ao Brasil milhares e milhares de escravos negros. Junto com os naturais da terra (os indígenas), os colonos brancos e os negros escravizados constituem a força propulsora do projeto. Nasce assim a sociedade açucareira, a sociedade das "Casas-Grandes" e das senzalas. É com esta sociedade heterogênea sob todos os aspectos que vão se deparar os primeiros emissários da Companhia de Jesus.

Em termos econômicos, o projeto açucareiro respondeu a contento aos interesses mercantilistas de Portugal. Com efeito, alguns decênios antes do final do século XVI, a produção açucareira do Brasil possibilitava o robustecimento das finanças portuguesas profundamente abaladas à esta época e, permitia à metrópole assumir o monopólio internacional na venda do açúcar. Tal hegemonia Portugal conservou até meados do século XVIII quando, apoiada por sua Revolução Industrial, a Inglaterra adquire a supremacia comercial do produto no mercado europeu.

Em termos políticos, porém, o projeto da cana-de-açúcar acarretou sérios problemas. Mais explicitamente, dentro de suas propriedades e dentro de seus engenhos os senhores da cana-de-açúcar passaram a acumular um poder que rivalizava com o poder da metrópole. Em seus engenhos, eram os senhores do açúcar reis absolutos, menosprezando e desacatando as determinações emanadas de Portugal. As câmaras municipais

nada mais eram do que simples joguetes postos a serviço dos interesses destes senhores.

Nestas condições, escreve Caio Prado Junior, o Estado Colonial "é o poder dos senhores de engenhos" e, suas propriedades são "sistemas praticamente autônomos, governados por uma organização política independente". Assim sendo, acrescenta o mesmo autor, a colônia é "uma unidade meramente aparente".[14]

Se a unidade política estava assim ameaçada, ameaçada também se encontrava a unidade cultural colonial. Com efeito, a presença de três raças e três culturas diferentes (a branca, a negra e a indígena) com seus valores, crendices, religiões, costumes, mitos, fetiches, línguas, tradições e aspirações diferentes e, em muitos pontos antagônicos, constituiam um quadro cultural disforme e desorganizado pela inexistência de uma força capaz de integrá-las visando a construção de uma unidade.

É a partir destas considerações que vislumbramos a segunda razão determinante da instalação da Companhia de Jesus no Brasil. Em outras palavras, quer nos parecer que aos olhos de Portugal, era a Companhia de Jesus um instrumento eficiente e capaz de salvaguardar esta unidade cultural ameaçada.

Não dispomos de nenhum documento para fundamentarmos este ponto de vista. Todavia, face à conjunctura colonial brasileira da época, e, considerando que os Jesuítas chegam ao Brasil no mesmo período em que Portugal instala uma nova política em sua colônia, nos parece evidente seu interesse em usar os Jesuítas como veículos destinados à realização da unidade cultural em apreço. Mesmo sem dispormos de documentação capaz de sustentar nosso ponto de vista, lembramos que um estudo acurado do "Regimento" de Tomé de Souza certamente nos possibilitará encontrar argumentos favoráveis à nossa hipótese. Se documentos nos faltam, não nos faltam porém os fatos. Em outros termos, ao examinarmos a obra catequética e pedagógica implantada no Brasil pelos Padres da Companhia, concluimos que em todos os seus momentos ela sempre esteve a serviço da unidade. Este objetivo perseguem os Jesuítas instalando as escolas elementares, os colégios, organizando as missões volantes, indo aos engenhos, visitando as senzalas, estruturando os aldeamentos indígenas, usando a força da pregação evangélica, e, em tudo, colocando-se a serviço das autoridades políticas da colônia e da metrópole.

Se no setor político o Sistema de Governos Gerais foi um fracasso, o mesmo não ocorreu no setor da unidade cultural

confiada aos membros da Companhia. O programa dos Jesuítas, no Brasil, escreve Gilberto Freyre, foi um apelo constante à unidade. O catecismo dos Jesuítas, acrescenta Freyre, foi em verdade "o cimento da unidade colonial brasileira".(2) Idêntico é o ponto de vista dos escritores Sílvio Romero e João Ribeiro. O programa dos Jesuítas, no Brasil, afirma o primeiro, não apenas favoreceu a obtenção de uma unidade religiosa como igualmente de natureza jurídica.(17) Por seu turno, lembra João Ribeiro, a obra jesuítica foi em terras coloniais brasileiras uma "obra salutar e construtiva" porque possibilitou a criação de um "espírito de unidade" no seio da sociedade nascente.(16)

Em resumo, dois motivos, portanto, um de ordem eminentemente religiosa e outro de natureza político-cultural nos parecem evidentes na base do convite feito pela metrópole portuguesa para a instalação da Companhia de Jesus no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 — FREYRE, Gilberto. *Maitres et esclaves*. Paris, Gallimard, 1974, p.190.

2 — ————. *op. cit.*, p. 62.

3 — HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.

4 — HOORNAERT, Eduardo. Formação do Catolicismo Guerreiro no Brasil; 1500/1800. *Revista Eclesiástica Brasileira, 33* (132) Rio de Janeiro, Vozes, 1973.

5 — ————. *op. cit.*, p. 855.

6 — ————. As relações entre Igreja e Estado na Bahia colonial. *Revista Eclesiástica Brasileira, 32,* (126) Rio de Janeiro, Vozes, 1972.

7 — LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*. Roma, Via dei penitenzieri, 1956, v. 1, p. 95.

8 — ————. *op. cit.*, p. 103.

9 — ————. *op. cit.*, p. 134.

10 — ————. *op. cit.*, p. 486.

11 — ————. *op. cit.*, v. 3, p. 7.

12 — ————. *op. cit.*, v. 4, p. 425.

13 — MARQUES, João Martins da Silva. *Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, v. 3, p. 606.

14 — PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. 9 ed. São Paulo, Brasiliense, 1975, p. 31.

15 — REGIMENTO DO GOVERNADOR TOMÉ DE SOUZA.

16 — RIBEIRO, João. *apud*. Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 60.

17 — ROMERO, Sílvio. *apud* Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 62.

18 — SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. 6. ed. Lisboa, Europa-América, 1980.

19 — ————. *op. cit.*, p. 176.

20 — SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil,* 9 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 60.

21 — SOUZA, Manuel de Faria. *Ásia Portuguesa*. Porto, Civilização, 1945.

22 — VERMEESCH. *La question congolaise*. *apud*. Constantino Bayle em España en Indias. Vitória, 1934, p. 379.